

Adiada a decisão do Senado para acordo

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Ao contrário do que esperava a equipe econômica do governo, a comissão de assuntos econômicos não se manifestou ontem com relação aos termos do acordo dos juros atrasados. Cinco senadores apresentaram pedido de vistas ao relatório favorável ao acordo apresentado pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG) e, pelo regimento, têm cinco dias para apresentar suas sugestões ao texto final do relatório.

"É importante para o Brasil que o acordo seja aprovado o mais rápido possível já que o presidente Fernando Collor vai representar o País na viagem aos Estados Unidos e, se levasse a notícia da aprovação do acordo pelo Senado, seus entendimentos com o presidente norte-americano seriam facilitados", observou ontem o presidente da comissão de assuntos econômicos do Senado, senador Raimundo Lira. Também o ministro da Economia, embaixador Marcílio Marques Moreira, reiterou mais tarde, no plenário do Senado, a importância de o presidente da República viajar para os Estados Unidos com o acordo aprovado.

Os senadores que compõem a comissão de assuntos econômicos, no entanto, mostraram ontem pela manhã que ainda têm muitas dúvidas sobre pontos importantes que envolvem o acordo dos juros atrasados na sessão de esclarecimentos que realizaram com o presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, e o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster.

DESEMBOLSO

Apesar das garantias verbais do governo de que o nível das reservas internacionais do País hoje (cerca de US\$ 8,5 bilhões) garante o pagamento dos compromissos assumidos no acordo para este ano — o primeiro desembolso de cerca de US\$ 900 milhões e mais sete parcelas até o final do ano, somando mais US\$ 1,1 bilhão —, alguns senadores ontem marcaram posição no sentido de que não podem avaliar o acordo sem antes conhecer o fluxo de pagamentos que está implícito nos termos acordados com os bancos credores privados e, ainda, a capacidade de pagamento tanto cambial quanto fiscal.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), um dos que pediu vistas ao relatório do senador Ronan Tito, diz



Ronan Tito

que não abre mão do direito que tem a comissão de receber da área econômica todas as informações necessárias, mesmo as de caráter sigiloso, como o nível das reservas, para poder apreciar o acordo. Também o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), junto com os senadores Moisés Abrahão e Coutinho Jorge, pediu vistas ao relatório com o objetivo "não de obstruirmos a matéria, mas de entendermos melhor o acordo". Um terceiro pedido de vistas apresentado ontem, do senador Rui Bacelar, ajuda a retardar ainda mais o processo de discussão e o encami-

nhamento da votação do relatório.

Pelo regimento, os senadores têm até cinco dias para apresentar sugestões ao relatório a partir do pedido de vistas e resta agora ao presidente da comissão respeitar aquele prazo, "a menos que os próprios autores dos pedidos estejam dispostos a abrir mão do prazo de que dispõem", conforme explicou Lira, complementando: "Estamos no momento em um vazio, temos de concluir a discussão para a votação".

O embaixador Jório Dauster compareceu ontem ao Senado pelo menos pela terceira vez desde que o acordo dos atrasados foi selado com os bancos credores, em 8 de abril. Mas suas explicações não parecem ainda suficientes para resolver todas as dúvidas levantadas. Além de demonstrativos que comprovem a compatibilidade entre o acordo dos atrasados e os limites da capacidade de pagamentos do País, tanto a nível das reservas quanto a nível do fluxo das receitas e despesas fiscais, os senadores quiseram saber por que o Brasil vai pagar as despesas com honorários de advogados e de assessoria técnica surgidas ao longo do último processo

de negociação e apenas houve manifestação no sentido de que o País não arcaria com os custos de viagem e estadia dos representantes dos bancos credores privados. O senador Suplicy levantou a questão, fazendo referências ao texto da Resolução 82 do Senado, que fixa os parâmetros para a renegociação.

O negociador da dívida externa foi claro em sua resposta: "O que está proibido pela Resolução 82 do Senado é o pagamento pelo Brasil de despesas técnicas ou jurídicas de interesse dos bancos credores".

O senador Coutinho Jorge (PMDB-BA) opinou no sentido de que não apenas a emissão dos bônus dos atrasados — envolverá 75% do valor dos juros retidos até 31 de dezembro do ano passado, cerca de US\$ 6 bilhões — mas também o pagamento das sete parcelas que serão desembolsadas em dinheiro — em "cash" — até o final deste ano (US\$ 1,1 bilhão) fiquem vinculados à formalização do acordo que envolverá a reestruturação do estoque da dívida de médio e longo prazos. O embaixador Dauster contra-

vinculação entre o acordo dos atrasados e as negociações em torno do estoque da dívida externa.

NEGOCIAÇÃO

Se a questão do senador Coutinho Jorge fosse acatada, significaria dizer que o Brasil teria de voltar à mesa de negociações com o comitê assessor de bancos para rever os entendimentos já firmados sobre os atrasados. O senador Mário Covas (PSDB-SP) observou que a comissão de assuntos econômicos não tem poderes para modificar os termos do acordo negociado com os bancos, mas poderá aprová-lo ou rejeitá-lo e, nesse sentido, acaba tendo poder de influir na negociação externa.

Em seu relatório, o senador Ronan Tito faz um apanhado dos pontos acertados com os bancos em torno dos juros atrasados, alinhando como vantagens a capitalização de 75% dos juros vencidos até dezembro passado, o esquema do desembolso dos pagamentos que alivia o peso na fase crítica dos próximos três ou quatro anos e, ainda, o fato de que nenhum outro país latino-americano havia conseguido um acordo sobre juros atrasados tão favorável como o do Brasil.